

Boletim INAF

Julho / Agosto de 2006



Nesta edição:

EDITORIAL	01
HOMENAGEM – Fabio Montenegro: um exemplo de entusiasmo pela educação	02
A questão da qualidade da educação no Brasil - IPM	03
ESPECIALISTAS	
Analfabetismo e alfabetismo funcional no Brasil – Vera Masagão Ribeiro	06
Como investir na qualificação da Educação Pública – Fernando Rossetti	09
A opção pelo subdesenvolvimento – Gustavo Ioschpe	11
Um convite a todos os brasileiros – Luís Norberto Pascoal	14

EDITORIAL

Prezado Leitor,

Você está recebendo o 2º Boletim INAF de 2006.

A partir desta edição, o Boletim também poderá ser visto em formato "PDF", para ser lido no software *Acrobat Reader*. Dessa maneira, esperamos que aqueles que têm acesso à Internet possam imprimir o Boletim para outros que não tenham, mas gostariam de ler as notícias.

Esta edição traz um panorama de como a sociedade brasileira tem manifestado crescente interesse na busca pela melhoria da qualidade da educação no país. É crescente o número de iniciativas - cada vez mais concretas e bem articuladas - que apontam na direção de uma verdadeira mobilização nacional em prol deste objetivo.

O Instituto Paulo Montenegro - comprometido com este mesmo desafio - apresenta, neste seu boletim bimensal, um apanhado sobre estas iniciativas e ressalta os pontos de vista de alguns dos atores mais atuantes nesta área, que nos honram com suas contribuições.

Esta edição traz também uma pequena homenagem a um grande homem, Fabio Montenegro.

Fabio Montenegro, Diretor Executivo do Instituto Paulo Montenegro, faleceu no dia 17 de Junho, deixando, além de saudades, um grande legado para a área da educação que terá continuidade, com muita dedicação.

A nova Secretária Executiva do IPM é Ana Lucia Lima, executiva de carreira que possui larga experiência em gestão de empresas, o que a capacita a dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido e crescer com seu talento. Ana já conhece as atividades do IPM, pois estava assessorando o Fabio na gestão do Instituto há algum tempo e está totalmente envolvida com nossos projetos.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Equipe Instituto Paulo Montenegro

Boletim INAF

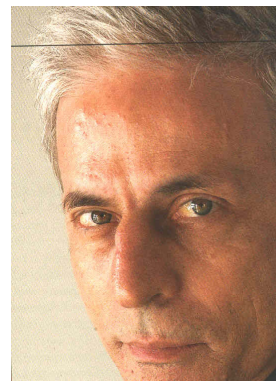
Julho / Agosto de 2006



HOMENAGEM

Fabio Montenegro: um exemplo de entusiasmo pela educação

Quando pensou em criar o Instituto Paulo Montenegro em 2000, a direção do Grupo IBOPE não teve dúvidas sobre em quais mãos colocaria tão caro projeto. Foi assim que Fabio Montenegro, com todo entusiasmo que permeou sua existência, aceitou a tarefa de criar a instituição sem fins lucrativos que elegeu a Educação como seu foco principal. Como grande articulador, Fabio conseguiu reunir em torno do IPM os melhores talentos que, como ele, batalharam para melhorar o ensino público neste país.



Fabio Montenegro

Formado em Ciências Sociais e Antropologia pela Unicamp, Fabio tinha longa experiência no terceiro setor. Trabalhou com tecnologia da informação no Programa Voluntários da Comunidade Solidária, foi consultor de relações empresariais-indígenas do Instituto Ethos e consultor de alternativas econômicas para populações indígenas do Instituto Socioambiental. Antes, atuou como coordenador de software educacional na Prodam, da Prefeitura de São Paulo, e foi produtor cultural na Fundação Bienal de São Paulo. Ainda na adolescência, engajou-se na ONG Dilaram Houses, onde atuou em programas de assistência social e de recuperação de dependentes químicos no Afeganistão, Índia, Nepal, Amsterdã e Berlim.

Em todas as tarefas que abraçou, Fabio sempre deu o melhor de si. Em decorrência, veio o reconhecimento. Em 1995, recebeu o prêmio Jabuti de melhor produção editorial e, em 1992, o ganhou prêmio Estímulo de Roteiro de Cinema do Governo do Estado de São Paulo e da Prefeitura Municipal de Campinas. Sob sua gestão, o IPM também recebeu o prêmio Jabuti em 2004, na categoria Educação, Psicologia e Psicanálise, pela organização do livro Letramento no Brasil, com análises sobre o INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional.

Fabio se foi prematuramente, aos 51 anos, no dia 17 de junho, deixando uma imensidão de admiradores que cultivou ao longo de sua vida.

O Instituto Paulo Montenegro perdeu uma figura importantíssima. Fabio que, por seis anos, trabalhou com paixão e muita garra, deixou sua marca. Nós, do IPM, agradecemos pela oportunidade de compartilhar suas idéias e sonhos. Sentiremos sua falta, mas com certeza esteja lá onde ele estiver, verá que continuaremos sua luta por uma educação mais democrática e de qualidade.

Equipe IPM

Boletim INAF

Julho / Agosto de 2006



A questão da qualidade da educação no Brasil

Hoje, no Brasil, 97% das crianças entre 7 e 14 anos estão matriculadas na escola, ou seja, quase a totalidade das crianças brasileiras. O objetivo do governo de colocar as crianças na escola praticamente se cumpriu. Porém, constata-se que o fato das crianças freqüentarem a escola não é suficiente: nossos alunos concluem a 8ª série do ensino fundamental no nível educacional que deveriam estar na 4ª série (Prova Brasil, 2006). Além disso, o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) mostrou que 55% das crianças que concluem a 4ª série não sabem ler adequadamente, isto é, são praticamente analfabetas, e que apenas 5% dos estudantes tiveram rendimento adequado em matemática.

O Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), realizado pelo Instituto Paulo Montenegro em parceria com a ONG Ação Educativa, mostra que o nível de alfabetismo funcional no país também é preocupante. Em leitura e escrita (2005) somente 26% da população pode ser considerada plenamente alfabetizada funcionalmente, enquanto que em matemática (2004) esse número é de 23%.

Quando os dados do Brasil são comparados internacionalmente, os resultados também não são nada animadores. Na prova do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), coordenado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em 2003, da qual participaram alunos de 40 países com idade em torno dos 15 anos, os jovens brasileiros classificaram-se em 37º lugar em leitura, último em matemática e penúltimo em ciências.

Esses baixos resultados trazem à tona a discussão em relação à qualidade da educação no Brasil. Vários fóruns de discussão sobre o tema estão acontecendo em todo o país. Especialistas apontam diversas formas de melhorar a qualidade da educação, desde a formação de professores até um maior envolvimento de todos os setores da sociedade nas questões educacionais.

A educação está, mais do que nunca, sendo vista como uma das questões principais para estimular o desenvolvimento de um país e para reduzir as desigualdades sociais.

Uma pesquisa realizada pelo Ipespe (Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas), divulgada no jornal Valor Econômico de 27/07/06, mostra que a maioria dos entrevistados aponta a educação como a principal ação de governo para combater a pobreza (68%) e também como uma das principais medidas para diminuir a violência no país (47%). Isso demonstra que incentivos à educação garantem melhores perspectivas de futuro para o Brasil.

Eduardo Giannetti da Fonseca (O Estado de SP, 11/08/06, VIDA&) explica que investir em educação é "parte do esforço de acumulação de capital de uma sociedade porque é transferência de recursos do presente para o futuro. A sociedade investe na criação de ativos – no caso, capital humano – e este, mais à frente, gerará níveis maiores de renda, maior produção média por habitante". Giannetti da Fonseca coloca que cada ano adicional de estudo corresponde a um

Boletim INAF

Julho / Agosto de 2006



aumento de 14% na renda do indivíduo. "Os países que reduziram, em caráter permanente, a desigualdade social e a má distribuição de renda fizeram-no aumentando e melhorando a dotação inicial (educação fundamental e ensino médio de qualidade) da maior parte da população". Ainda acrescenta que o Brasil investe em educação o mesmo que muitos países desenvolvidos, o que não é considerado pouco, mas a qualidade do gasto é "questionável, para não dizer desastrosa".

Segundo Bernardo Toro (Encontros de Sustentabilidade do Banco Real, 28/07/06), para que um país alcance o desenvolvimento sustentável, é necessário que as empresas, as organizações sociais e o Estado tenham, necessariamente, uma articulação entre si que beneficie de forma equitativa todos os atores sociais, buscando combater a pobreza extrema e procurando reduzir as desigualdades. Para Toro, a educação é um instrumento para atingir a equidade da sociedade e funciona como um mecanismo de transformação social. A educação é a criação de condições estáveis para que cada geração possa se apropriar do melhor saber disponível. Toro considera que "nenhuma grande mudança se faz sem educação".

As plataformas de governo dos candidatos à Presidência da República deste ano têm a questão da educação como um dos focos principais. Ao que tudo indica, os políticos demonstram alguma preocupação com isso, ainda que sejam promessas de campanha.

"O avanço na educação deveria ser um item obrigatório na agenda eleitoral deste ano. Deveria ser tratado como prioridade máxima. Países que, no passado recente, estavam parados no tempo, como Espanha, Coréia do Sul ou Irlanda, deixaram para trás a periferia do planeta graças a investimentos pesados no ensino e no conhecimento. No caso brasileiro, porém, falta senso de urgência" (Ronald Freitas e Wálter Nunes, Revista Época, Brasil, 13/04/06).

Diversos países que se encontravam em situações semelhantes ou piores que a do Brasil passaram por reformas que comprovam ser possível melhorar a qualidade da educação e de vida de seus habitantes, investindo, principalmente no ensino básico.

Ao analisar esses países que priorizaram o ensino de qualidade de sua população, notamos que eles "registram alto nível educacional, crescimento econômico, aumento da renda da população, maior volume de exportações e melhoria no nível do emprego, além de respeito internacional" (Jorge Werthein, Revista Linha Direta, Ano 6, Nº 68, nov/2003).

Já se percebe, no Brasil, um consenso de que é necessário um movimento nacional em prol da educação que envolva todos os atores da sociedade (comunidade, governos, empresas, ONGs etc.), que seja apartidário e perdure de um governo para outro, para que a questão da educação melhore. Para Werthein, "só com uma grande coalizão nacional será possível superar o conflito vivido hoje pelos países menos desenvolvidos na área de educação".

Nesse contexto, um grupo representantes da iniciativa privada, educadores, economistas, comunicadores e gestores públicos da educação se reuniu com o objetivo de mobilizar toda a sociedade brasileira para que crianças e jovens possam ter acesso a uma educação de qualidade,

Boletim INAF

Julho / Agosto de 2006



formando o Compromisso Todos pela Educação, lançado no dia 06 de setembro.

Acreditamos que “a educação deixou de ser apenas um direito fundamental consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a que todo ser humano pode aspirar, legitimamente, para a sua realização pessoal. Ela passou a ser condição essencial para qualquer tipo de desenvolvimento, para a redução da taxa de desemprego e da pobreza, para o progresso social e cultural, para a promoção de valores democráticos e para o estabelecimento de uma paz duradoura” (Koichiro Matsuura, Diretor Geral da UNESCO em palestra sobre ‘Educação para Todos e Desenvolvimento Sustentável nos Países Menos Desenvolvidos’, proferida em Bruxelas, em 2001).

Para o Instituto Paulo Montenegro – que desde 2001 orienta sua atuação pelo compromisso de contribuir com o debate e o combate das deficiências na educação dos brasileiros – é muito grato ver este tema assumindo uma crescente relevância em nossa sociedade. Iniciativas como o INAF e outros estudos demonstram que precisamos ir mais além da meta de universalização do acesso às salas de aula: é também fundamental que nós brasileiros lutemos por garantir uma educação de qualidade, que possibilite o desenvolvimento individual e de nossa nação como um todo.

Equipe Instituto Paulo Montenegro

Boletim INAF

Julho / Agosto de 2006



ESPECIALISTAS

Analfabetismo e alfabetismo funcional no Brasil

Vera Masagão Ribeiro*



A definição sobre o que é analfabetismo vem sofrendo revisões nas últimas décadas. Em 1958, a Unesco definia como alfabetizada uma pessoa capaz de ler ou escrever um enunciado simples, relacionado a sua vida diária. Vinte anos depois, a Unesco sugeriu a adoção do conceito de alfabetismo funcional. É considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e de usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida. Em todo o mundo, a modernização

das sociedades, o desenvolvimento tecnológico, a ampliação da participação social e política colocam demandas cada vez maiores com relação às habilidades de leitura e escrita. A questão não é mais apenas saber se as pessoas conseguem ou não ler e escrever, mas também o que elas são capazes de fazer com essas habilidades. Isso quer dizer que, além da preocupação com o *analfabetismo*, problema que ainda persiste nos países mais pobres e também no Brasil, emerge a preocupação com o *alfabetismo*, ou seja, com as capacidades e usos efetivos da leitura e escrita nas diferentes esferas da vida social.

A capacidade de utilizar a linguagem escrita para informar-se, expressar-se, documentar, planejar e aprender cada vez mais é um dos principais legados da educação básica. A toda a sociedade e, em especial, aos educadores e responsáveis pelas políticas educacionais, interessa saber em que medida os sistemas escolares vêm respondendo às exigências do mundo moderno em relação ao alfabetismo e, além da escolarização, que condições são necessárias para que todos adultos tenham oportunidades de continuar a se desenvolver pessoal e profissionalmente.

No meio educacional brasileiro, letramento é o termo que vem sendo usado para designar esse conceito de alfabetismo, que corresponde ao *literacy*, do inglês, ou ao *littératie*, do francês, ou ainda ao *literacia*, em Portugal.

Índices e critérios de medida

No século 20, as taxas de analfabetismo entre os brasileiros com 15 anos ou mais decresceram de 65% em 1920 para 13% em 2000. Esse decréscimo resulta da expansão paulatina dos sistemas de ensino público, ampliando o acesso à educação primária. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tal como se faz em outros países, sempre apurou os índices de analfabetismo com base na auto-avaliação da população recenseada sobre sua capacidade de ler e escrever. Pergunta-se se a pessoa sabe ler e escrever uma mensagem simples. Seguindo recomendações da Unesco, na década de 90, o IBGE passou a divulgar também índices de analfabetismo funcional, tomando como base não a auto-avaliação dos respondentes, mas o

Boletim INAF

Julho / Agosto de 2006



número de séries escolares concluídas. Pelo critério adotado, são analfabetas funcionais as pessoas com menos de quatro anos de escolaridade. Com isso, o índice de analfabetismo funcional no Brasil chega perto dos 27%, segundo o Censo 2000.

Mas ter sido aprovado na 4ª série garante o alfabetismo funcional? A pergunta não tem resposta categórica, pois o conceito é relativo, dependente das demandas de leitura e escrita existentes nos contextos e das expectativas que a sociedade coloca quanto às competências mínimas que todos deveriam ter. É por isso que, enquanto nos países menos desenvolvidos se toma o critério de quatro séries escolares, na América do Norte e na Europa toma-se oito ou nove séries como patamar mínimo para se atingir o alfabetismo funcional. E, mesmo já tendo estendido a escolaridade de oito ou até 12 séries para praticamente toda a população, muitos países norteamericanos e europeus continuam preocupados com o nível de alfabetismo da população, tendo em vista, principalmente, as exigências de competitividade no mercado globalizado. O grau de escolaridade atingido já não satisfaz como critério de alfabetismo. Por um lado, é cada vez mais patente que os resultados de aprendizagem dos sistemas de ensino são muito desiguais e, além disso, os governos estão interessados em saber quanto a população adulta encontra oportunidades de desenvolver as habilidades adquiridas na escola, mantendo a capacidade de aprender.

Com esse tipo de preocupação, na década de 90, muitos países desenvolvidos começaram a realizar pesquisas amostrais para verificar de forma direta, por meio da aplicação de testes, os níveis de habilidades de leitura e escrita da população adulta. O principal programa internacional é articulado pelo OCDE, o *International Adult Literacy Survey*, do qual participam mais de 40 países. Nesses estudos, o foco não é o analfabetismo, mas a insuficiência das habilidades de leitura e escrita da população alfabetizada. A dicotomia analfabeto x alfabetizado cede lugar para o interesse em determinar e comparar níveis de habilidade de leitura e escrita.

Na América Latina e no Brasil, em particular, a questão tem características específicas e mais complexas. Aqui, enfrentamos ao mesmo tempo os problemas novos e os antigos. O analfabetismo absoluto ainda atinge milhões de brasileiros e precisa ser solucionado com políticas voltadas à superação da pobreza e da exclusão. Ao mesmo tempo, é preciso melhorar o desempenho dos sistemas de ensino e elevar a qualificação da força de trabalho em todos os níveis, tendo em vista a participação nos setores de ponta da economia mundializada e o fortalecimento das instituições democráticas.

Os compromissos necessários para um Brasil alfabetizado

Os dados sobre o alfabetismo funcional confirmam que a educação básica é o pilar fundamental para promover a leitura, o acesso à informação, a cultura e a aprendizagem ao longo de toda a vida. Assim, para que tenhamos um Brasil com níveis satisfatórios de participação social e competitividade no mundo globalizado, um primeiro compromisso a ser reafirmado é com a extensão do ensino fundamental de pelo menos oito anos a todos os brasileiros,

Boletim INAF

Julho / Agosto de 2006



independentemente da faixa etária, com oferta flexível e diversificada aos jovens e adultos que não puderam realizá-lo na idade adequada.

É preciso também reconhecer que os resultados da escolarização em termos de aprendizagem ainda são muito insuficientes e que um eixo norteador para a melhoria pedagógica na educação básica deve ser o aprimoramento do trabalho sobre a leitura e a escrita. É preciso superar a visão de que esse é um problema apenas dos professores alfabetizadores e dos professores de Português. Grande parte das aprendizagens escolares depende da capacidade de processar informações escritas, verbais e numéricas, relacionando-as com imagens, gráficos etc. Todos os educadores precisam atuar de forma coordenada na promoção dessas habilidades, contando com referências claras quanto a estratégias e estágios de progressão desejáveis ao longo do processo, para que os avanços possam ser monitorados. Com apoio dos gestores, todos os professores devem agir sistemática e intensivamente no sentido de desenvolver nos alunos hábitos e procedimentos de leitura para estudo, lazer e informação, assim como proporcionar o acesso e a manipulação das fontes: bibliotecas com bons acervos de livros, revistas e jornais, computador e internet.

Finalmente, é preciso reconhecer que a promoção do alfabetismo não é tarefa só da escola. Os países que já conseguiram garantir o acesso universal à educação básica estão conscientes de que é necessário também que os jovens e adultos encontrem, depois da escolarização, oportunidades e estímulos para continuar aprendendo e desenvolvendo as suas habilidades. Os programas de dinamização de bibliotecas e inclusão digital são fundamentais e devem ser levados a sério pelas políticas públicas. Para a população empregada, o próprio local de trabalho pode ser potencializado como espaço de aprendizagem e, nesse caso, os empresários têm uma participação importante nos compromissos a ser assumidos. As empresas podem oferecer e incentivar o uso de acervos de jornais, revistas e livros, assim como de terminais de acesso à internet para fins de pesquisa, além de ampliar as oportunidades de participação em programas educativos relacionados ao desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores, dando especial atenção aos que têm menor qualificação e necessitam de mais apoio para superar a exclusão cultural.

***Vera Masagão Ribeiro é Doutora em Educação pela PUC-SP, coordenadora de programas da ONG Ação Educativa. Coordena desde 2003 a pesquisa INAF.**

Boletim INAF

Julho / Agosto de 2006



Como investir na qualificação da Educação Pública

Fernando Rossetti*

O acesso à Educação promove mobilidade social, desenvolvimento de capital humano e geração de riquezas. O baixo nível de escolaridade da população brasileira implica desigualdade salarial e, por conseguinte, desigualdade de renda. No Brasil, um ano a mais de escolaridade significa 14% a mais de renda e, à medida que o nível de escolaridade aumenta, sobe o percentual de população empregada.



Mas os atuais desafios a serem superados nesse campo estão mais relacionados à qualidade do ensino oferecido do que à oferta de vagas. No rol de problemas que demandam ações planejadas, articuladas, sistematizadas e monitoradas estão o analfabetismo, em todas as suas variáveis, a baixa qualidade do ensino fundamental, a distorção idade-série, repetência, evasão escolar, deficiência em infra-estrutura e gestão nos estabelecimentos de ensino, baixa qualificação dos professores, entre outros.

Há, portanto, muitas razões e uma infinidade de possibilidades para investir em Educação.

Não é à toa que praticamente todos os 93 maiores investidores sociais privados do país, associados do GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, financiam ou executam projetos nessa área. O foco em educação é um demonstrativo da visão de longo prazo e da preocupação em combater as causas e não os sintomas dos problemas sociais do país.

Sabe-se, porém, que os dilemas da escola vão além das cifras. Hoje há um conjunto bastante consistente de propostas de soluções derivadas de experiências bem-sucedidas com grande potencial de serem adotadas como políticas públicas. O grande problema não é tanto do que fazer, mas de implementar políticas de longo prazo.

No campo da educação pública impressiona a frequência com que se utiliza a expressão “reforma”, quando o que a educação brasileira precisa hoje é a mesma estabilidade e priorização que a economia vem recebendo no mundo todo.

A lógica de desenvolvimento de políticas públicas opera em dois grandes eixos: fragmentação e sobreposição. Enquanto forem vistas como sendo parte do plano político ou estratégia deste ou daquele grupo, enquanto não tiverem qualidade e continuidade e enquanto não considerarem a opinião da sociedade civil, será muito difícil conseguir mudar a realidade social do país. Os governos passam, mas a sociedade civil organizada fica. E quanto mais os empresários e as empresas estiverem envolvidos na construção das políticas sociais, mais sustentabilidade elas tendem a ter.

Nesse sentido, a expertise da REDE GIFE, que há mais de uma década tem a Educação como a área prioritária de seus investimentos, permite fazer as seguintes sugestões:

Boletim INAF

Julho / Agosto de 2006



- Defina um foco de atuação e mantenha-se nele. Embora as demandas em educação sejam enormes, pulverizadas e sempre muito importantes, é impossível abraçar tudo sozinho. As decisões de investimento devem passar por uma análise técnica criteriosa para definir prioridades.
- Evite investir em soluções paliativas, exceto em situações emergenciais. Ações paliativas e de caráter imediatista são insuficientes para promover mudanças estruturais.
- Evite o investimento em infra-estrutura descolado do investimento em ações pedagógicas.
- Prefira ações que busquem o desenvolvimento integral dos educandos, o conhecimento do mundo do trabalho, a ampliação do universo cultural.
- Trabalhe em parceria com outros investidores sociais privados — empresas, institutos ou fundações — que também atuem na área da educação para ganhar know-how e escala.
- Estabeleça parcerias e alianças com os organismos da educação nos Estados e municípios, que são os gestores do ensino público. É uma boa maneira de caminhar para a influência na formulação de políticas públicas.
- Todo projeto deve explicitar com clareza porque está sendo formulado, para quê está sendo posto em prática e, principalmente, como será realizado. Por mais óbvio que pareça, muitos projetos fazem análises macro, delineiam estratégias gerais e não apresentam caminhos concretos de atuação. A educação se faz no micro — são os pequenos gestos e a definição de intervenções no cotidiano que transformarão de fato o cenário.
- A avaliação é a única maneira de verificar se o projeto que você financia ou desenvolve é eficaz. Garanta a definição de indicadores — quantitativos e/ou qualitativos — muito claros sobre os resultados que se pretende alcançar.
- Crie mecanismos de acompanhamento e avaliação adequados à área da educação, em que os processos são quase tão importantes quanto os resultados.
- Inclua ou envolva a instituição beneficiária para o planejamento e efetuação da avaliação. Promova uma cultura em prol da avaliação nos equipamentos de educação.

Além desses passos, uma boa oportunidade para as empresas que têm interesse em investir nessa causa é aderir ao *Compromisso Todos pela Educação*, movimento lançado no dia 6 de setembro de 2006 e que tem o objetivo de melhorar os indicadores de qualidade pública brasileira até 2022.

***Fernando Rossetti é cientista social, jornalista especializado em Direitos Humanos e secretário-geral do GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.**

Boletim INAF

Julho / Agosto de 2006



A opção pelo subdesenvolvimento

Gustavo Ioschpe*



A situação educacional brasileira é trágica. Poucos discordam dessa constatação. Muito poucos se perguntam por que isso é tão ruinoso e, ainda, por que é tão mais desastroso agora. A primeira e mais óbvia resposta seria: porque estamos privando uma enorme fatia da nossa população dos conhecimentos mínimos necessários para uma vida engajada, consciente, livre e produtiva. Mas basta notar que os cruzamentos de nossas grandes cidades se tornaram abrigos ou espetáculos circenses dos marginalizados para entender que qualquer apelo à solidariedade humana está fadado ao fracasso neste país cordial. Apesar da resistência que educadores e pedagogos têm à intromissão de economistas, empresários e afins em seu território, é neles que se encontrará a revolução educacional de que o país necessita. Porque esses grupos conseguem deixar de tratar a educação unicamente como um fim em si mesma para entender que ela tem um papel vital – e urgente – a cumprir no desenvolvimento do Brasil. Essas vozes dizem e dirão o que a sociedade precisa ouvir: com o nosso sistema educacional atual, estamos condenados ao atraso eterno. Se a fraternidade não o convence a cuidar de nossa educação, faça-o por interesse próprio, portanto.

É impossível a um país desenvolver-se no século XXI quando sua população ainda não resolveu problemas do século XIX. A comparação não é exagerada. Ainda não conseguimos ensinar nossas crianças a ler e a escrever, coisa que outros países já fazem há mais de 100 anos. O resultado final é termos só 26% de nossa população de 15 a 64 anos plenamente alfabetizada. A má qualidade do sistema – e não a falta de vagas – faz com que só 20% de nossos jovens cheguem à educação superior. Países como Coréia do Sul, Finlândia, Estados Unidos e Noruega já passaram dos 80% – quatro vezes mais, portanto. Os outros países desenvolvidos têm taxas próximas de 60%. Chile, Argentina e Uruguai estão na casa dos 40%. A China assusta ainda mais: foi de 6% em 1998 para quase 20% agora.

Essa comparação não é uma competição de vaidades, mas o indicador de uma capacidade fundamental de uma nação: produção de cérebros. Cérebro, hoje, é o patrimônio mais valioso que um país pode ter. Essa é a mudança fundamental que vem redesenhando o mundo e para a qual o Brasil ainda não acordou: a riqueza das nações não está em sua terra, seu clima, seus recursos naturais ou minerais. Em sua maioria, esses fatores já cumpriram seu papel. Hoje e daqui para a frente o progresso se dará pelo aumento de produtividade, pela geração de bens de alto valor agregado. O aumento de produtividade só vem com melhor instrução, com treinamento adequado, pelo desenvolvimento de novas tecnologias. A raiz de todos esses fenômenos é uma só: educação.

Nossas carências nessa área e seus impactos socioeconômicos se tornarão mais aparentes e

Boletim INAF

Julho / Agosto de 2006



agudos nas próximas décadas, mas já são visíveis. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam o Brasil em 49º lugar em termos de produtividade – são necessários quatro trabalhadores brasileiros para produzir o mesmo que um americano. Estar mal posicionado é esperado para um país subdesenvolvido. O preocupante é estarmos piorando de um ano para o outro, como mostra a pesquisa da OIT. Dados do IBGE do ano passado indicam que mesmo dentro do Brasil estamos retrocedendo: a participação de indústrias de alta concentração tecnológica diminuiu sua participação no PIB no período de 2000 a 2003.

Os negacionistas empedernidos dirão que o Brasil está mal, mas que sempre foi assim. Que sempre estivemos distantes, tecnologicamente, dos países desenvolvidos e que, mesmo assim, conseguimos taxas invejáveis de crescimento econômico no século passado. Que, eliminados os problemas de juros, câmbio e infra-estrutura, o gigante adormecido acordará e tornar-se-á a potência com que todos sonhamos.

Infelizmente, não é verdade. O descompasso de qualificação entre o Brasil e os países de renda média e alta aumentou enormemente nas últimas décadas. Porque esses países perceberam a importância do capital humano e se esforçaram para massificar o conhecimento em seu nível mais alto, o universitário. De 1980 a 2000, por exemplo, a Malásia aumentou seu número de matrícula universitária em 539%, a Coreia em 429%, Portugal em 368%, o Chile em 202% e a média dos países da OCDE em 146%. O Brasil? Só 45%. É muito em termos absolutos, mas muito pouco ante o que acontece no resto do mundo. Vamos ficando para trás. E, em um período de enormes e rápidos avanços, cada etapa perdida torna a tarefa de equiparação exponencialmente mais difícil. Se persistirem as tendências recentes, em breve não estaremos batalhando pelo acesso ao Primeiro Mundo, mas, sim, para nos mantermos no estágio de subdesenvolvimento atual. Nas décadas de 70 e 80, fomos ultrapassados pelos Tigres Asiáticos. Nos anos 90 e atualmente, assistimos inertes ao forte crescimento de China, Índia, Chile e Europa Oriental. Onde estaremos daqui a vinte anos? Competindo com a África? Gabando-nos de que nosso maravilhoso solo é mais rico que o da Antártica?

Essa perspectiva sombria não diz respeito apenas à posição internacional do Brasil. Os efeitos são igualmente sentidos em nosso bem-estar interno, no dia-a-dia de todos. Estudos que analisam os fatores determinantes da desigualdade de renda brasileira, essa nossa chaga vergonhosa, são unânimes ao apontar a causa, que é disparada a mais importante: desigualdade educacional. Ela sozinha explica de 40% a 50% de nossa desigualdade de renda, enquanto outros fatores comumente apontados como vilões – diferenças de gênero, raça, região geográfica e ocupação – não aparecem com mais de 10% cada um.

Essas desigualdades de renda e educação, por sua vez, alimentam aquele que talvez seja hoje o maior pesadelo dos habitantes das grandes cidades: a violência. Estudos quantitativos nessa área começam a ser feitos no Brasil. Nos EUA, onde a literatura é mais robusta, os resultados são claros: o aumento de escolaridade – especialmente completar a *high school*, o ensino médio –

Boletim INAF

Julho / Agosto de 2006



tem impacto significativo sobre a redução da criminalidade. Uma pesquisa estimou que um aumento de 1% da taxa nacional de conclusão do ensino médio causaria 400 homicídios e 8.000 agressões a menos por ano, gerando uma economia de 1,4 bilhão de dólares. Um ano adicional de escolaridade traria uma diminuição de 30% de homicídios e agressões, 20% de roubo de veículos e 6% de furto de domicílios. Os autores do estudo concluíram que se obteria maior redução da criminalidade investindo na expansão da escola secundária do que na da força policial.

O filme *Notícias de uma Guerra Particular* traduz a frieza desses números para a realidade brasileira com uma pungência inescapável. Ao perguntar a jovens membros do tráfico de drogas o porquê de sua opção pelo crime, o diretor João Moreira Salles ouve alguns dizer não querer repetir a trajetória de seus pais e avós, que trabalharam de sol a sol por décadas por salários miseráveis, terminando a vida na mesma precariedade em que vieram ao mundo. O fato não justifica nem desculpa o crime, mas representa uma realidade. Só que, diferentemente do palavrório de alguns, os trabalhadores brasileiros não ganham pouco por ser vítimas de uma elite branca e má, mas por ser pouco produtivos. São assim porque a escola falhou com eles. Enquanto ela continuar como está, tendemos a seguir sendo um país irrelevante para o mundo e desalentador para os brasileiros.

***Gustavo Ioschpe é formado *magna cum lauda* na University of Pennsylvania - Strategic Management (B.S., Wharton School), Ciência Política (B.A., College of Arts and Sciences). Mestre em Desenvolvimento Econômico e Economia Internacional - Yale University.**

Boletim INAF

Julho / Agosto de 2006



Um convite a todos os brasileiros

Luís Norberto Pascoal*

Às vezes, precisamos acreditar no impossível. As utopias são nosso alimento espiritual e viver sem sonhar é viver sem esperança. Há sonhos que convocam o nosso imaginário, que nos fazem sentir mais vivos e nos impulsionam em longas jornadas por uma causa. Este é o convite que neste momento desejo fazer a todos os brasileiros.

Vamos sonhar com todas as crianças e jovens na escola. Vamos sonhar que na comemoração do bicentenário da Independência em 2022, toda criança esteja plenamente formada no ensino fundamental e apta para uma vida cidadã. São 16 anos, exatamente o que precisamos para formar uma geração de jovens protagonistas e preparados com valores positivos de responsabilidade.

Este sonho, na realidade, é uma demanda social e econômica inadiável que não aceita contra-argumentos. Dar asas a nossa imaginação e ver um Brasil com toda criança na escola, jovens habilitados ao trabalho, empregos em crescimento, e uma economia sustentável, é, além de sonhar algo concreto e factível, uma obrigação.

Outros países que há pouco tempo tinham estágio de desenvolvimento semelhante ao Brasil, como a Coreia do Sul, Espanha, Irlanda e Chile, já fizeram a lição de casa, deram prioridade à Educação e hoje dão um show de desenvolvimento humano. Se o nosso país não seguir o mesmo rumo, por exemplo, erradicando de vez o analfabetismo que ainda atinge mais de 15 milhões de brasileiros, número maior do que a população de Portugal e do Uruguai juntos, continuaremos convivendo com as disparidades e injustiças que ainda marcam nossa sociedade, dificultando o crescimento econômico e a qualidade de vida. Pois investir desde já, para que todas nossas crianças e adolescentes estejam em tempo integral na escola de qualidade até 2022, é evitar que o fantasma do analfabetismo seja alimentado.

E não é difícil fazer essa utopia alçar vôo, basta acionarmos os motores da nossa determinação e, em conjunto, começarmos um processo de resgate das nossas escolas, de apoio aos diretores e professores, de transparência nos exames de qualidade no aprendizado, e da construção de uma demanda presente por parte de pais, alunos e toda a comunidade local.

No dia 6 de setembro, no Museu do Ipiranga, houve o lançamento do movimento "Compromisso Todos Pela Educação", projeto desenvolvido por representantes da sociedade civil, educadores e líderes empresariais, que vêm trabalhando desde junho do ano passado nesse sonho de um Brasil plenamente educado. Os parceiros iniciais desta empreitada são: Institutos Faça Parte, Ayrtton Senna, Gerdau e Pão de Açúcar; Fundações Bradesco, Educar DPaschoal, Victor Civita, Roberto Marinho e Itaú-Social. São 5 metas fundamentais e a principal é ter, em 2022, 98% das crianças e jovens, dos 4 aos 17 anos, na escola, em tempo integral.



Boletim INAF

Julho / Agosto de 2006



Vamos, todos juntos, criar um imaginário coletivo e transformar esse sonho em realidade, dando chances iguais para que a nossa juventude também construa um imaginário cidadão. O Compromisso Todos Pela Educação será uma campanha nacional com metas e acompanhamento aberto a todos os brasileiros. A decisão de fazer o lançamento no dia 6 de setembro, exatamente

na véspera da data comemorativa da nossa Independência, é para reforçar que a educação para todos é a base para comemorar a independência no dia 7.



A escolha do local, Museu do Ipiranga, também deseja enfatizar que a independência de verdade se faz com muita educação. As metas claras, acompanhadas por todos, principalmente pelos pais e familiares de nossos 50 milhões de crianças e

adolescentes, são a nossa grande estratégia, que é detalhada no site: www.todospelaeducacao.org.br.

Mas, para o "Compromisso Todos Pela Educação" dar certo, temos que fazer com que a educação passe a ser paixão nacional, como o futebol. Precisamos, todos os anos, de muita torcida e muita gente em campo, para ganharmos o campeonato da educação, pelos próximos 16 anos. É mais ou menos o tempo que outros países levaram para realmente construir, com a educação, uma base sólida de desenvolvimento econômico e social sustentável.

Por isso, convido todos os brasileiros a participarem da maior revolução verde e amarela que poderemos realizar. Convido todos os brasileiros a pilotarem o sonho de uma nova independência, através do "compromisso de todos pela educação".

***Luís Norberto Pascoal é Presidente da Fundação EDUCAR-Dpaschoal, Vice-Presidente do Instituto Faça-Parte e da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas e Membro dos Conselhos da World Childhood Foundation e IBMEC.**

Boletim INAF é um informativo do Indicador de Alfabetismo Funcional

Instituto Paulo Montenegro: www.ipm.org.br - Alameda Santos, 2101, 9º andar - CEP: 01419-002 - São Paulo/SP.

Edição: Fernanda Cury - e-mail: fernanda.cury@ibope.com.br.

Redação: Fernanda Cury, Fernando Rossetti, Gustavo Ioschpe, Luís Norberto Pascoal, Vera Masagão Ribeiro.

Revisão: Ana Lucia Lima - e-mail: ana.lima@ibope.com.br, Ana Terra de Grammont - e-mail:

terra.grammont@ibope.com.br, Fabiana de Freitas - e-mail: fabiana.freitas@ibope.com.br, Fernanda Cury - e-mail: fernanda.cury@ibope.com.br.

Agradecimentos especiais: Jussara Mangini (GIFE), Rose dos Santos (GIFE), Vera Lucia Teixeira (DPaschoal).

Este informativo pode e deve ser reproduzido, desde que citada a fonte.